

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	869.124
Preferenciais	150.666
Total	1.019.790
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Ordinária		0,01814
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Preferencial		0,01995
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Ordinária		0,06389
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Preferencial		0,07028
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Ordinária		0,03416
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Preferencial		0,03757
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Ordinária		0,01404
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Preferencial		0,01544
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,01986
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial		0,02184
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,03918
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial		0,04310
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	28/04/2015	Ordinária		0,08173
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	28/04/2015	Preferencial		0,08991

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.670.260	4.952.936
1.01	Ativo Circulante	1.516.887	1.724.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	442.670	693.058
1.01.03	Contas a Receber	606.584	473.520
1.01.03.01	Clientes	606.584	473.520
1.01.04	Estoques	8.740	8.708
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.399	42.967
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.399	42.967
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	403.494	506.441
1.01.08.03	Outros	403.494	506.441
1.01.08.03.01	Ativo financeiro setorial	56.246	215.790
1.01.08.03.02	Derivativos	0	28.065
1.01.08.03.20	Outros créditos	347.248	262.586
1.02	Ativo Não Circulante	3.153.373	3.228.242
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.583.511	1.652.689
1.02.01.03	Contas a Receber	37.435	26.068
1.02.01.03.01	Clientes	37.435	26.068
1.02.01.06	Tributos Diferidos	83.851	70.266
1.02.01.06.02	Créditos fiscais diferidos	83.851	70.266
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.462.225	1.556.355
1.02.01.09.03	Tributos a compensar	21.284	19.754
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	46.450	47.172
1.02.01.09.05	Derivativos	336.164	392.097
1.02.01.09.07	Ativo financeiro da concessão	1.049.539	1.002.362
1.02.01.09.08	Ativo financeiro setorial	0	81.192
1.02.01.09.20	Outros créditos	8.788	13.778
1.02.04	Intangível	1.569.862	1.575.553
1.02.04.01	Intangíveis	1.569.862	1.575.553
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.569.862	1.575.553

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.670.260	4.952.936
2.01	Passivo Circulante	971.796	1.253.727
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.496	11.022
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.496	11.022
2.01.01.01.01	Obrigações estimadas com pessoal	10.496	11.022
2.01.02	Fornecedores	269.059	480.249
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	269.059	480.249
2.01.03	Obrigações Fiscais	85.380	52.543
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.071	28.974
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.495	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS a pagar	4.199	4.436
2.01.03.01.03	Contrib.Financ.Seguridade Social - COFINS a pagar	19.515	20.733
2.01.03.01.05	Outros	3.862	3.805
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	28.309	23.569
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	121.379	275.596
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	100.967	229.822
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	97.154	86.107
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.813	143.715
2.01.04.02	Debêntures	20.412	45.774
2.01.04.02.02	Encargos de debêntures	20.412	45.774
2.01.05	Outras Obrigações	485.482	434.317
2.01.05.02	Outros	485.482	434.317
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	131.912	131.912
2.01.05.02.05	Taxas regulamentares	232.135	176.379
2.01.05.02.06	Entidade de previdência privada	4	127
2.01.05.02.20	Outras contas a pagar	121.431	125.899
2.02	Passivo Não Circulante	2.021.133	2.068.559
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.912.707	1.971.211
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.243.966	1.302.554
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	339.687	343.168
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	904.279	959.386
2.02.01.02	Debêntures	668.741	668.657
2.02.02	Outras Obrigações	32.930	28.007
2.02.02.02	Outros	32.930	28.007
2.02.02.02.03	Derivativos	3.856	7.534
2.02.02.02.06	Passivo financeiro setorial	11.540	0
2.02.02.02.20	Outras contas a pagar	17.534	20.473
2.02.04	Provisões	75.496	69.341
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	75.496	69.341
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	291	152
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	33.142	28.686
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	41.053	39.523
2.02.04.01.20	Outros	1.010	980
2.03	Patrimônio Líquido	1.677.331	1.630.650
2.03.01	Capital Social Realizado	1.199.071	1.199.071
2.03.02	Reservas de Capital	215.852	215.852

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04	Reservas de Lucros	238.310	221.797
2.03.04.01	Reserva Legal	35.494	35.494
2.03.04.02	Reserva Estatutária	115.381	98.868
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	40.545	40.545
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	31.495	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.397	-6.070

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	683.737	948.469
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-544.241	-804.264
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-413.326	-691.456
3.02.02	Custo da Operação	-69.490	-53.543
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-61.425	-59.265
3.03	Resultado Bruto	139.496	144.205
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-70.885	-62.797
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.267	-19.612
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.710	-35.145
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.908	-8.040
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	68.611	81.408
3.06	Resultado Financeiro	5.725	-35.649
3.06.01	Receitas Financeiras	69.190	34.020
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.465	-69.669
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	74.336	45.759
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.328	-16.983
3.08.01	Corrente	-40.463	-8.311
3.08.02	Diferido	14.135	-8.672
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.008	28.776
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.008	28.776
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04639	0,03500
3.99.01.02	PN	0,05103	0,03850

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	48.008	28.776
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.327	0
4.02.01	Ganho (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-1.327	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.681	28.776

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-68.897	-71.325
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	151.432	147.335
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	74.336	45.759
6.01.01.02	Amortização	39.177	33.454
6.01.01.03	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11.461	4.141
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.931	1.885
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	14.429	59.017
6.01.01.06	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-135	48
6.01.01.07	Perda (ganho) na baixa de não circulante	4.999	3.031
6.01.01.08	PIS e COFINS diferidos	1.234	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-220.329	-218.660
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-150.382	-200.152
6.01.02.02	Tributos a compensar	-13.962	-7.659
6.01.02.03	Depósitos judiciais	1.562	4.697
6.01.02.04	Contas a receber - aporte CDE	-91.332	-3.505
6.01.02.05	Ativo financeiro setorial	262.453	-88.150
6.01.02.08	Outros ativos operacionais	-1.700	-442
6.01.02.09	Fornecedores	-211.190	92.803
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.967	-8.997
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	3.342	6.621
6.01.02.12	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-1.998	-1.737
6.01.02.13	Encargos de dividas e debêntures pagos	-62.358	-47.886
6.01.02.14	Taxas regulamentares	55.757	46.616
6.01.02.15	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-6.719	-11.033
6.01.02.16	Contas a pagar - CDE	-2.745	-4.761
6.01.02.17	Passivo financeiro setorial	1.648	0
6.01.02.20	Outros passivos operacionais	8.262	4.925
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-58.117	-55.244
6.02.01	Adições ao intangível	-57.491	-54.853
6.02.02	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos viinculados	-626	-391
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-123.373	240.026
6.03.01	Captação de empréstimos e debêntures	20.740	388.709
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-158.977	-175.768
6.03.04	Liquidação de operações com derivativos	14.864	27.085
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-250.387	113.457
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	693.057	167.379
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	442.670	280.836

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.199.071	215.852	221.797	0	-6.070	1.630.650
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.199.071	215.852	221.797	0	-6.070	1.630.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.008	-1.327	46.681
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.008	0	48.008
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.327	-1.327
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.513	-16.513	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	16.513	-16.513	0	0
5.07	Saldos Finais	1.199.071	215.852	238.310	31.495	-7.397	1.677.331

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	934.472	230.451	192.860	0	-5.130	1.352.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	934.472	230.451	192.860	0	-5.130	1.352.653
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.776	0	28.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.776	0	28.776
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.361	-9.361	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	9.361	-9.361	0	0
5.07	Saldos Finais	934.472	230.451	202.221	19.415	-5.130	1.381.429

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	1.278.105	1.358.898
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.222.666	1.301.540
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	61.370	59.243
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.931	-1.885
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-587.641	-882.932
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-458.124	-764.729
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-95.790	-91.043
7.02.04	Outros	-33.727	-27.160
7.03	Valor Adicionado Bruto	690.464	475.966
7.04	Retenções	-39.196	-33.469
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.278	-28.454
7.04.02	Outras	-5.918	-5.015
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	651.268	442.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.031	34.020
7.06.02	Receitas Financeiras	73.031	34.020
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	724.299	476.517
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	724.299	476.517
7.08.01	Pessoal	27.056	25.529
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.774	17.139
7.08.01.02	Benefícios	8.010	7.190
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.272	1.200
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	584.394	352.772
7.08.02.01	Federais	299.764	160.159
7.08.02.02	Estaduais	284.546	192.550
7.08.02.03	Municipais	84	63
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.841	69.440
7.08.03.01	Juros	63.913	68.636
7.08.03.02	Aluguéis	928	804
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.008	28.776
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.008	28.776

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – Rio Grande Energia

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações (R\$ Mil)	1º Trimestre		Variação
	2016	2015	
Receita operacional	1.284.037	1.360.784	-5,6%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.092.398	907.427	20,4%
Suprimento de energia elétrica	112.456	69.591	61,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	61.370	59.244	3,6%
Outras receitas operacionais	186.748	136.476	36,8%
Ativo e passivo financeiro setorial	(168.935)	188.046	-189,8%
Deduções da receita operacional	(600.300)	(412.315)	45,6%
Receita operacional líquida	683.737	948.469	-27,9%
Custo com energia elétrica	(413.326)	(691.456)	-40,2%
Energia comprada para revenda	(348.459)	(621.439)	-43,9%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(64.867)	(70.017)	-7,4%
Despesa operacional	(201.800)	(175.604)	14,9%
Pessoal	(29.506)	(27.630)	6,8%
Entidade de previdência privada	135	(48)	-380,6%
Material	(6.786)	(4.424)	53,4%
Serviço de terceiros	(30.686)	(29.687)	3,4%
Amortização	(33.259)	(28.439)	16,9%
Amortização de intangível de concessão	(5.918)	(5.014)	18,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(61.370)	(59.244)	3,6%
Outros	(34.410)	(21.117)	62,9%
Resultado do serviço	68.611	81.408	-15,7%
Resultado financeiro	5.725	(35.649)	-116,1%
Receitas financeiras	69.190	34.020	103,4%
Despesas financeiras	(63.465)	(69.669)	-8,9%
Resultado antes dos tributos	74.336	45.759	62,5%
Contribuição social	(7.090)	(4.489)	57,9%
Imposto de renda	(19.237)	(12.493)	54,0%
Resultado líquido do período	48.008	28.776	66,8%
EBITDA	107.787	114.861	-6,2%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2016 foi de R\$ 1.284.037, representando uma redução de 5,6% (R\$ 76.747) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a Receita Operacional Bruta seria de R\$ 1.222.667, apresentando uma redução de 6,1% (R\$ 78.873) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** Aumento de 20,4% (R\$ 184.971), principalmente pelo aumento no preço médio de 22,1% decorrente dos efeitos: (i) Reajuste Tarifário Extraordinário ("RTE") de 37,16% a partir de março de 2015. Esses efeitos foram parcialmente compensados com Reajuste Tarifário Anual negativo de 3,76% e pela redução de 1,4% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de Energia Elétrica:** Aumento de 61,6% (R\$ 42.865), basicamente pelo aumento na energia elétrica comercializada no curto prazo, bem como pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores, aliado ao reajuste tarifário aplicado na energia vendida para Concessionárias e Permissionárias a partir de junho/2015.
- iii. **Outras Receitas Operacionais:** Aumento de 36,8% (R\$ 50.272) principalmente em função: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 35.319) em virtude dos reajustes tarifários; (ii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos do CDE (R\$ 17.051) e (iii) serviços taxados (R\$ 558), compensados pelas reduções em: (iii) arrendamentos e alugueres (R\$ 2.532).
- iv. **Ativo e Passivo Financeiro Setorial:** Despesa de R\$ 168.935 neste trimestre e receita de R\$ 188.046 no mesmo período do anterior, totalizando uma variação de 189,8% (R\$ 356.981), em função principalmente: (i) constituição de passivo financeiro setorial no 1º trimestre de 2016 em função de redução no custo de energia, CDE e Sobrecontratação, e (ii) aumento na amortização dos ativos homologados.

Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias foi menor em 1,6%, quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

A classe residencial, que representa 31,7% do mercado total faturado pela distribuidora, teve aumento de 0,2% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este comportamento deve-se aos impactos dos aumentos tarifários, e desaceleração na massa de renda.

A classe industrial que representa 16,7% do mercado total faturado pela distribuidora apresentou queda de 10,7% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é consequência direta do fraco desempenho da atividade industrial do país que registrou queda de 10,4%.

A classe comercial que representa 17,2% do mercado total faturado pela distribuidora apresentou queda de 4,7% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução da massa de renda a queda da confiança do consumidor e os aumentos tarifários, também influenciaram o fraco desempenho da classe.

As outras classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias/concessionárias) participam com 34,4% do mercado total faturado pela distribuidora. Essas classes apresentaram crescimento de 3,4% no 1º trimestre de 2016, em relação a igual período do ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve uma redução de 2,6% quando comparado com

Comentário do Desempenho

mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é puxado pelas classes comercial e industrial, sendo que estas classes são responsáveis por 45,1% do consumo da área de concessão.

A variação por classe é a seguinte: Redução de 8,6% na classe industrial, 5,6% na classe comercial, aumento na classe residencial 0,3% e 3,6% nas demais classes, principalmente pelo aumento de 7,3% na classe Iluminação Pública, compensado pela redução de 1,6% na classe Serviço Público e 2,6% Permissionárias.

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2016 foi de R\$ 600.300 apresentando aumento de 45,6% (R\$ 187.984) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo aumento: (i) ICMS R\$ 91.949 refletindo o fornecimento faturado aliado a majoração das alíquotas de ICMS a partir de 1 de janeiro de 2016; (ii) Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") R\$ 69.116 e (iii) Bandeiras tarifárias R\$ 33.662.

Custo com Energia Elétrica

No 1º trimestre de 2016 o Custo com Energia Elétrica foi de R\$ 413.326 apresentando uma redução de 40,2% (R\$ 278.131) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia Elétrica Comprada para Revenda**

O custo com energia elétrica comprada foi de R\$ 348.459 apresentando redução de 43,9% (R\$ 272.980) basicamente em função da redução no preço médio de 44,1% justificado pela redução no preço de liquidação de diferenças ("PLD") e no preço de compras de Itaipu.

- **Encargos do Uso do Sistema de Distribuição**

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 64.867, apresentando uma redução de 7,4% (R\$ 5.151), impactado principalmente pela redução nos (i) Encargos de Rede Básica (R\$ 4.324) devido ao reajuste tarifário das transmissoras; e (ii) Encargos de Serviços do Sistema ("ESS") (R\$ 3.573), compensado pelo aumento nos (iii) Encargos de Conexão (R\$ 2.695).

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 201.800 no 1º trimestre de 2016, apresentando um aumento de 14,9% (R\$ 26.196) quando comparado com o mesmo período no ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 140.430, apresentando aumento de 20,7% (R\$ 24.070).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 101.254 neste trimestre, com aumento de 22,1% (R\$ 18.347) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Pessoal e Entidade de Previdência Privada:** Aumento de 6,1% (R\$ 1.692), em função, principalmente do acordo coletivo de trabalho.
- Material:** Aumento de 53,4% (R\$ 2.362), basicamente em função do aumento nas despesas com: (i) manutenção de linhas e redes (R\$ 990); (ii) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 111); (iii) manutenção de frota (R\$ 1.056) e (iv) equipamentos de segurança e vigilância (R\$ 142).

Comentário do Desempenho

- iii. **Serviços de Terceiros:** Aumento de 3,4% (R\$ 1.000), principalmente pelo aumento nas despesas com: (i) Poda de árvores (R\$ 780), (ii) limpeza e conservação (R\$ 124) e (iii) manutenção em subestação (R\$ 104).
- iv. **Outras Despesas:** Aumento de 62,9% (R\$ 13.293), principalmente pelo aumento nas despesas: (i) provisão para devedores duvidosos (R\$ 4.046); (ii) perdas na baixa de ativos não circulantes (R\$ 1.968) e (iii) legais e judiciais (R\$ 7.241).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 17,1% (R\$ 5.723), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma receita de R\$ 5.725, com aumento de 116,1% (R\$ 41.374) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receita financeira:** Aumento de 119,% (R\$ 35.170), basicamente pelo aumento (i) rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 11.088); (ii) atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 8.893); (iii) ajuste de expectativa de fluxo de caixa (R\$ 12.180); (iv) atualização de depósitos judiciais (R\$ 443) e (v) atualização dos subsídios concedidos (R\$ 1.877).
- **Despesa financeira:** Redução de 8,9% (R\$ 6.204), principalmente em função da redução nas despesas com: (i) variação cambial de Itaipu (R\$ 14.087), compensado pelo aumento (ii) atualizações monetárias e cambiais das dividas (R\$ 6.878), e (iii) IOF (R\$ 998).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 26.327, gerando assim um aumento de 55,0% (R\$ 9.345) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Lucro líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 48.008, com aumento de R\$ 66,8%, em relação ao lucro verificado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (lucro líquido do trimestre, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 107.787, com redução de 6,2% (R\$ 7.074) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	442.670	693.058
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	606.584	473.520
Tributos a compensar	7	55.399	42.967
Derivativos	29	-	28.065
Ativo financeiro setorial	8	56.246	215.790
Estoques		8.739	8.708
Outros créditos	11	347.248	262.585
Total do circulante		1.516.886	1.724.693
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	37.435	26.068
Depósitos judiciais	19	46.450	47.172
Tributos a compensar	7	21.284	19.754
Ativo financeiro setorial	8	-	81.192
Derivativos	29	336.164	392.097
Créditos fiscais diferidos	9	83.851	70.266
Ativo financeiro da concessão	10	1.049.539	1.002.362
Outros créditos	11	8.788	13.778
Intangível	12	1.569.862	1.575.553
Total do não circulante		3.153.373	3.228.242
Total do ativo		4.670.260	4.952.936

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	269.059	480.249
Encargos de dívidas	14	4.961	7.117
Encargos de debêntures	15	20.412	45.774
Empréstimos e financiamentos	14	96.006	222.705
Entidade de previdência privada	16	4	127
Taxas regulamentares	17	232.135	176.379
Impostos, taxas e contribuições	18	85.380	52.543
Dividendo e juros sobre capital próprio		131.912	131.912
Obrigações estimadas com pessoal		10.496	11.022
Outras contas a pagar	20	121.430	125.899
Total do circulante		971.796	1.253.726
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.243.966	1.302.554
Debêntures	15	668.741	668.657
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	75.496	69.341
Derivativos	29	3.856	7.534
Passivo financeiro setorial	8	11.540	-
Outras contas a pagar	20	17.533	20.474
Total do não circulante		2.021.132	2.068.559
Patrimônio líquido	21		
Capital social		1.199.071	1.199.071
Reserva de capital		215.852	215.852
Reserva legal		35.494	35.494
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		115.381	98.868
Dividendo		40.545	40.545
Resultado abrangente acumulado		(7.397)	(6.070)
Lucros acumulados		31.495	-
Total do patrimônio líquido		1.677.331	1.630.650
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.670.260	4.952.936

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016 1° Trimestre 2016	2015 1° Trimestre 2015
Receita operacional líquida	23	683.737	948.469
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(413.326)	(691.456)
Custo de operação	25	(69.490)	(53.543)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(61.425)	(59.265)
Lucro operacional bruto		139.496	144.205
Despesas operacionais	25		
Despesas com vendas		(24.267)	(19.612)
Despesas gerais e administrativas		(35.710)	(35.145)
Outras despesas operacionais		(10.908)	(8.039)
Resultado do serviço		68.611	81.408
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		69.190	34.020
Despesas financeiras		(63.465)	(69.669)
		5.725	(35.649)
Lucro antes dos tributos		74.336	45.759
Contribuição social	9	(7.090)	(4.489)
Imposto de renda	9	(19.237)	(12.493)
		(26.327)	(16.982)
Lucro líquido do período		48.008	28.776
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,05	0,03
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,05	0,04

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em
31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Lucro líquido do período	48.008	28.776
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(1.327)	-
Resultado abrangente do período	46.681	28.776

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2016
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.199.071	215.852	35.494	46.890	98.868	40.545	(6.070)	-	1.630.650
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	48.008	48.008
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(1.327)	-	(1.327)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	16.513	-	-	(16.513)	-
Saldos em 31 de março de 2016	1.199.071	215.852	35.494	46.890	115.381	40.545	(7.397)	31.495	1.677.331

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2015
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	934.472	230.451	28.310	46.890	37.042	80.618	(5.130)	-	1.352.653
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	28.776	28.776
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	9.361	-	-	(9.361)	-
Saldos em 31 de março de 2015	934.472	230.451	28.310	46.890	46.403	80.618	(5.130)	19.415	1.381.429

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Rio Grande Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro antes dos tributos	74.336	45.759
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	39.177	33.454
Provisões (reversões) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11.461	4.141
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.931	1.885
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	14.429	59.017
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	(135)	48
Perda (ganho) na baixa de não circulante	4.999	3.031
PIS e COFINS diferidos	1.234	-
	151.432	147.335
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(150.382)	(200.152)
Tributos a compensar	(13.962)	(7.659)
Depósitos judiciais	1.562	4.697
Ativo financeiro setorial	262.453	(88.150)
Contas a receber - aporte CDE	(91.332)	(3.505)
Outros ativos operacionais	(1.700)	(442)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(211.190)	92.803
Outros tributos e contribuições sociais	3.342	6.621
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(1.998)	(1.737)
Taxas regulamentares	55.757	46.616
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(6.719)	(11.033)
Passivo financeiro setorial	1.648	-
Contas a pagar - CDE	(2.745)	(4.761)
Outros passivos operacionais	8.262	4.925
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	4.428	(14.442)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(62.358)	(47.886)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.967)	(8.997)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(68.897)	(71.325)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(626)	(391)
Adições de intangível	(57.491)	(54.853)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(58.117)	(55.244)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	20.740	388.709
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(158.977)	(175.768)
Liquidação de operações com derivativos	14.864	27.085
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(123.373)	240.026
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(250.387)	113.457
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	693.058	167.378
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	442.670	280.836

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**Rio Grande Energia S/A**

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

	<u>1º Trimestre 2016</u>	<u>1º Trimestre 2015</u>
1 - Receita	1.278.105	1.358.898
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.222.666	1.301.540
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	61.370	59.244
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.931)	(1.885)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(587.641)	(882.932)
2.1 Custo com energia elétrica	(458.124)	(764.729)
2.2 Material	(39.848)	(40.166)
2.3 Serviços de terceiros	(55.942)	(50.877)
2.4 Outros	(33.727)	(27.160)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	690.464	475.966
4 - Retenções	(39.196)	(33.468)
4.1 Amortização	(33.278)	(28.454)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(5.918)	(5.014)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	651.268	442.498
6 - Valor adicionado recebido em transferência	73.031	34.020
6.1 Receitas financeiras	73.031	34.020
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	<u>724.299</u>	<u>476.517</u>
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	27.056	25.529
8.1.1 Remuneração direta	17.774	17.138
8.1.2 Benefícios	8.010	7.190
8.1.3 F.G.T.S	1.272	1.200
8.2 Impostos, taxas e contribuições	584.394	352.772
8.2.1 Federais	299.764	160.159
8.2.2 Estaduais	284.546	192.551
8.2.3 Municipais	84	63
8.3 Remuneração de capital de terceiros	64.841	69.440
8.3.1 Juros	63.913	68.636
8.3.2 Aluguéis	928	804
8.4 Remuneração de capital próprio	48.008	28.776
8.4.2 Lucros retidos	48.008	28.776
	<u>724.299</u>	<u>476.517</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Rio Grande Energia (“RGE” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Mario de Boni, 1902 – Bairro Floresta – Caxias do Sul - RS – Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 255 municípios. Entre os principais estão Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo a aproximadamente 1,4 milhões de consumidores. (informações não revisadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pela alteração de prática relacionada ao intangível (nota 3) e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 29 de abril de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3

Notas Explicativas

(dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) estão apresentadas na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, e que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica, e;
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em relação às políticas contábeis para o ativo intangível da concessão, descritas na nota explicativa 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações dos CPC 27 e CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Intangível

O valor justo do intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos ativos intangíveis é determinado conforme cotação em mercado ativo. Caso não exista mercado ativo, o valor justo é aquele que a Companhia teria pago pelos ativos intangíveis, na data de aquisição, em operação sem favorecimento entre partes conhecedoras e dispostas a negociar com base na melhor informação disponível.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F BOVESPA S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada, tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas**(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos bancários	3.501	13.791
Aplicações financeiras	<u>439.168</u>	<u>679.267</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	4.523	3.102
Certificado de depósito bancário (b)	237.797	194.667
Fundos de investimento (c)	196.849	481.498
Total	<u>442.670</u>	<u>693.058</u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,4% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,7% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	119.807	55.537	5.518	180.861	103.496
Industrial	40.707	13.588	6.215	60.509	41.844
Comercial	53.868	15.796	4.963	74.627	47.927
Rural	23.813	4.104	475	28.392	26.036
Poder público	9.638	3.694	2.298	15.630	11.884
Iluminação pública	9.084	1.385	531	11.000	26.129
Serviço público	10.648	194	34	10.876	10.473
Faturado	267.563	94.298	20.034	381.895	267.789
Não faturado	131.257	-	-	131.257	117.179
Parcelamento de débito de consumidores	16.142	2.382	3.513	22.037	21.537
Operações realizadas na CCEE	71.383	-	-	71.383	64.647
Concessionárias e permissionárias	15.767	-	-	15.767	17.161
Outros	73	-	-	73	71
	502.185	96.680	23.547	622.412	488.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(15.828)	(14.863)
Total				606.584	473.520
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	41.257	-	-	41.257	29.944
	41.257	-	-	41.257	29.944
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(3.822)	(3.876)
Total				37.435	26.068

Notas Explicativas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2015	(18.739)	(261)	(19.000)
Provisão revertida (constituída)	(7.615)	20	(7.595)
Recuperação de receita	1.664	-	1.664
Baixa de contas a receber provisionadas	5.040	-	5.040
Saldo em 31/03/2016	(19.650)	(241)	(19.890)
Circulante	(15.828)	(241)	(16.068)
Não Circulante	(3.822)	-	(3.822)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	3.020
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	6.665
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.177	396
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	11.047	9.258
ICMS a compensar	26.526	16.648
Programa de integração social - PIS	751	625
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.991	3.447
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.898	2.898
Outros	10	10
Total	55.399	42.967
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	21.284	19.754
Total	21.284	19.754

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2015	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2016
		Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	76.050	(39.401)	(7.327)	3.453	-	32.774
Custos energia elétrica	(26.426)	(64.403)	(47.673)	4.819	(59.999)	(193.683)
ESS e EER (***)	(88.563)	10.684	32.842	(7.251)	(35.167)	(87.454)
Proinfa	(101)	4.692	92	106	-	4.788
Rede básica	31.932	(2.067)	(10.726)	2.657	-	21.795
Repasse de Itaipu	239.793	21.034	(1.442)	8.061	-	267.446
Transporte de Itaipu	2.845	670	(536)	145	-	3.124
Neutralidade dos encargos setoriais	36.314	7.402	774	1.247	-	45.738
Sobrecontratação	33.941	(32.563)	(15.562)	689	-	(13.495)
Outros componentes financeiros	(8.803)	(19.708)	(5.718)	(2.099)	-	(36.329)
Total	296.981	(113.660)	(55.275)	11.826	(95.166)	44.706
Ativo circulante	215.790					56.246
Ativo não circulante	81.192					-
Passivo não circulante	-					(11.540)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	31/03/2016	31/12/2015
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	18.196	19.929
Benefício fiscal do ágio incorporado	24.529	25.058
Diferenças temporariamente indedutíveis	(28.429)	(36.709)
Subtotal	14.296	8.279
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	48.613	60.624
Benefício fiscal do ágio incorporado	104.139	106.324
Diferenças temporariamente indedutíveis	(78.970)	(101.968)
Subtotal	73.782	64.980
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	(4.227)	(2.993)
Total	83.851	70.266

9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11% (5,34% no primeiro trimestre de 2015).

Notas Explicativas

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	31/03/2016			31/12/2015		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.795	18.874	-	6.241	17.335	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.992	5.534	-	1.912	5.312	-
Programas de P&D e eficiência energética	3.798	10.550	-	3.657	10.158	-
Provisão relacionada a pessoal	643	1.787	-	481	1.335	-
Derivativos	(31.816)	(88.378)	-	(41.043)	(114.009)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	2.980	8.278	-	3.044	8.457	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(15.734)	(43.705)	(4.227)	(13.482)	(37.450)	(2.993)
Perdas atuariais (CPC)	644	1.790	-	644	1.790	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(980)	(2.722)	-	(874)	(2.429)	-
Outros	2.239	6.219	-	1.884	5.233	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado						
Perdas atuariais (CPC)	1.009	2.802	-	828	2.299	-
Total	(28.429)	(78.970)	(4.227)	(36.709)	(101.968)	(2.993)

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015:

	1º Trimestre 2016		1º Trimestre 2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	74.336	74.336	45.759	45.759
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	-	11	-	11
Incentivos fiscais - PIIT (*)	-	-	(129)	(129)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	4.375	4.375	3.905	3.905
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	68	(1.772)	346	426
Base de cálculo	78.778	76.949	49.880	49.971
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(7.090)	(19.237)	(4.489)	(12.493)
Corrente	(12.926)	(27.536)	(2.440)	(5.870)
Diferido	5.836	8.299	(2.049)	(6.622)

(*) Programa de incentivo de inovação e tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2015	1.002.362
Adições	21.711
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	26.532
Baixas	(1.067)
Saldo em 31/03/2016	1.049.539

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição - "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	26	20	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	5.570	20	3.908	8.554
Ordens em curso	61.803	57.857	-	-
Serviços prestados a terceiros	2.787	2.929	-	-
Convênios de arrecadação	-	12.079	-	-
Despesas antecipadas	9.766	8.797	4.880	5.224
Contas a receber - Aporte CDE	259.805	168.472	-	-
Adiantamentos a funcionários	2.159	2.060	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(241)	(261)	-	-
Outros	5.573	10.610	-	-
Total	347.248	262.585	8.788	13.778

Contas a receber – Aporte CDE – referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 9.486 (R\$ 4.021 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23), e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 250.319 (R\$ 164.451 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23).

Em 29 de maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE.

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2015	282.067	1.193.332	97.712	2.442	1.575.553
Custo histórico	1.120.884	2.406.478	97.712	33.103	3.658.177
Amortização acumulada	(838.817)	(1.213.146)	-	(30.661)	(2.082.624)
Adições	-	-	58.330	-	58.330
Amortização	(5.918)	(33.072)	-	(186)	(39.177)
Transferência - intangíveis	-	22.904	(22.904)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	1.883	(23.594)	-	(21.711)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(3.133)	-	-	(3.133)
Saldo em 31/03/2016	276.150	1.181.914	109.543	2.256	1.569.862
Custo histórico	1.120.884	2.419.235	109.543	33.103	3.682.765
Amortização acumulada	(844.735)	(1.237.321)	-	(30.847)	(2.112.903)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Para o primeiro trimestre de 2016 foram capitalizados R\$ 839 (R\$ 357 no primeiro trimestre de 2015) a uma taxa de 7,50% a.a..

Notas Explicativas

(13) FORNECEDORES

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Encargos de serviço do sistema	29.075	38.500
Suprimento de energia elétrica	191.049	368.078
Encargos de uso da rede elétrica	16.529	16.870
Materiais e serviços	32.407	56.801
Total	<u>269.059</u>	<u>480.249</u>

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias	31/03/2016			31/12/2015		
				Encargos - circulante e não Circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
				Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES - Investimento									
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	15	2.007	5.520	16	2.007	6.022
FINAME	Pré fixado 10,0%	90 parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária	1	59	153	1	59	167
FINAME	Pré fixado 10,0%	66 Parcelas mensais a partir de outubro 2015	Bens vinculados em alienação fiduciária	3	136	542	3	136	576
FINEM V	TJLP + 2,12 a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	139	20.420	17.017	157	20.348	22.044
FINEM V	Pré fixado 5,5%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	33	2.890	11.078	35	2.890	11.800
FINEM VI	TJLP + 2,06 a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	361	26.327	72.400	384	26.234	78.703
FINEM VI	Pré fixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	74	10.144	57.403	77	10.144	60.019
FINEM VI	Pré fixado 2,5%	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	1	159	902	1	159	941
FINEM VII	Pré fixado 6,0%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	111	5.426	37.984	111	4.070	39.341
FINEM VII	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	77	11.244	56.220	67	7.410	51.871
FINEM VII	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	332	15.283	76.414	279	9.557	66.895
Outros									
Eletrobrás	RGR + 6,0% a 6,5%	Parcelas mensais a partir agosto de 2006	Recebíveis e Notas Promissórias	-	1.932	5.204	-	1.990	5.667
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				1.148	96.027	340.916	1.131	85.004	344.046
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições financeiras									
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (1)	Parcela única em abril de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	2.264	-	252.812	1.090	-	273.336
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,25% (2)	02 Parcelas - maio de 2018 e 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	115	-	54.174	111	-	58.572
J. P. Morgan	US\$ + 1,35% (3)	Parcela única em fevereiro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.623	137.842	-
J. P. Morgan	US\$ + 2,78% (4)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	643	-	219.221	2.434	-	237.018
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,82% (5)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	169	-	65.009	153	-	70.286
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,83% (6)	Parcela única em maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	441	-	296.151	408	-	320.194
HSBC	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (7)	Parcela única em outubro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	181	-	49.106	167	-	53.092
Marcação a mercado				-	-	(32.194)	-	(113)	(53.112)
Total moeda estrangeira ao valor justo				3.813	-	904.279	5.986	137.729	959.387
Gastos com captação (a)				-	(21)	(1.229)	-	(28)	(880)
Total				4.961	96.006	1.243.966	7.117	222.705	1.302.554

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 108,00% do CDI a.a. (2) 109,90% do CDI a.a. (3) 99,80% do CDI a.a. (4) 107,00% do CDI a.a. (5) 107,70% do CDI a.a. (6) 106,40% do CDI a.a. (7) 105,95% do CDI a.a.

(a) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 908.092 (R\$ 1.103.101 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de março de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 32.194 (R\$ 53.225 em 31 de dezembro de 2015), reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 17.808 (perda de R\$ 36.779 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho líquido de R\$ 14.386 (R\$ 16.446 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/04/2017	373.448
2018	684.383
2019	102.168
2020	45.821
2021	42.372
2022 a 2027	27.968
Subtotal	1.276.160
Marcação a mercado	(32.194)
Total	1.243.966

Adições no período:

Moeda nacional

BNDES - FINEM VII - A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 266.790, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No primeiro trimestre de 2016 houve liberação de R\$ 21.125 (R\$ 20.740 líquidos dos gastos de captação) e o saldo remanescente de R\$ 71.147 foi cancelado.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e sua controladora CPFL Energia mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

BNDES - Os financiamentos junto ao BNDES restringem a Companhia: (i) a somente realizar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros pela Companhia em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA – valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o patrimônio líquido - valor máximo de 0,90.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2016			31/12/2015		
						Encargos circulante e não circulante	Não circulante	Total	Encargos circulante e não circulante	Não circulante	Total
6ª Emissão											
Série Única	500	CDI + 0,80% (1)	CDI + 0,88%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	16.967	500.000	516.967	35.828	500.000	535.828
7ª Emissão											
Série Única	17.000	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,88%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	3.445	170.000	173.445	9.946	170.000	179.946
Gastos com emissão (*)						-	(1.259)	(1.259)	-	(1.343)	(1.343)
Total						20.412	668.741	689.153	45.774	668.657	714.430

(1) A Companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,09% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2017	149.407
2018	192.161
2019	242.268
2020	42.418
2021	42.486
Total	668.741

Condições restritivas

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração em 31 de dezembro de 2015.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados com as seguintes características:

16.1 – Características

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE. Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, foi implantado em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência, estruturado na modalidade de contribuição definida.

16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas

Passivo atuarial líquido em 31/12/2015	127
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(135)
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>4</u>
Passivo atuarial líquido em 31/03/2016	-
Outras contribuições	<u>4</u>
Total	<u>4</u>
Circulante	4

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre 2016</u>	<u>1º Trimestre 2015</u>
Custo do serviço	5	(8)
Juros sobre obrigações atuariais	8.472	7.724
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.872)	(7.668)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	260	-
Total da despesa (receita)	<u>(135)</u>	<u>48</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas base de 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light-Fraca	Light-Fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	311	311
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23)	218.787	127.101
Bandeiras tarifárias e Outros	13.038	48.967
Total	<u>232.135</u>	<u>176.379</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 176.148 (R\$ 103.838 em 31 de dezembro de 2015); (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 29.193 (R\$ 9.817 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 13.446 (R\$ 13.446 em 31 de dezembro de 2015).

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

Notas Explicativas**(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	28.309	23.569
Programa de integração social - PIS	4.199	4.436
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.515	20.733
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	19.611	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	9.884	-
Outros	3.862	3.805
Total	<u>85.380</u>	<u>52.543</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/03/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Trabalhistas	33.142	13.893	28.686	15.015
Cíveis	41.053	12.585	39.523	12.721
Fiscais	291	19.971	152	19.435
Outros	1.009	-	979	-
Total	<u>75.496</u>	<u>46.450</u>	<u>69.341</u>	<u>47.172</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/03/2016</u>
Trabalhistas	28.686	6.728	(1.499)	(1.697)	924	33.142
Cíveis	39.523	8.470	(5.088)	(5.023)	3.171	41.053
Fiscais	152	139	-	-	-	291
Outros	979	-	-	-	30	1.009
Total	<u>69.341</u>	<u>15.337</u>	<u>(6.587)</u>	<u>(6.719)</u>	<u>4.125</u>	<u>75.496</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Perdas possíveis - A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda,

Notas Explicativas

tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2016 estavam assim representadas: (i) trabalhista de R\$ 233.795 (R\$ 233.876 em 31 de dezembro de 2015) representadas basicamente por: (a) reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações; (ii) cíveis de R\$ 151.259 (R\$ 156.081 em 31 de dezembro de 2015) representadas basicamente por danos pessoais, classificação tarifária, ações coletivas e impactos ambientais; (iii) fiscais de R\$ 781.519 (R\$ 759.544 em 31 de dezembro de 2015), com destaque para: (a) execução fiscal R\$ 626.502, que discutem débitos fiscais relativos a fatos geradores ocorridos entre 1999 a 2003, decorrentes de excesso de amortização de ágio, excesso de depreciação de bens submetidos à reavaliação e valores relacionados a atualização monetária da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA), que foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, b) processos administrativos R\$ 120.129 que discute débitos fiscais de IRPJ e CSLL, relativos ao ano-base 2007 a 2011, decorrentes de aproveitamento de ágio na aquisição da empresa e (iv) questões regulatórias de R\$ 27.876 (R\$ 26.807 em 31 de dezembro de 2015).

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão do STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"). Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	2.992	3.037	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	72.790	66.465	4.341	6.903
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.275	12.220	12.591	12.895
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	946	960	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	472	479	-	-
Adiantamentos	1.253	1.306	304	326
Descontos tarifários - CDE	6.354	9.099	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	4	4	-	-
Folha de pagamento	2.282	2.303	-	-
Participação nos lucros	7.340	5.648	93	93
Convênios de arrecadação	12.010	23.421	-	-
Outros	712	958	204	257
Total	121.430	125.899	17.533	20.474

Notas Explicativas

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
CPFL Energia	869.123.914	150.665.862	1.019.789.776
Total das ações	869.123.914	150.665.862	1.019.789.776

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	1º trimestre de 2016	1º trimestre de 2015
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	48.008	28.776
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	869.123.914	656.502.720
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	150.665.862	150.665.862
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,05	0,03
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,05	0,04

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.177.770	1.148.485	665	663	481.268	367.599
Industrial	13.885	14.265	349	391	191.539	173.482
Comercial	106.216	110.462	360	377	254.465	203.536
Rural	136.380	136.011	192	193	70.977	55.623
Poderes públicos	11.676	11.451	39	39	26.492	29.113
Iluminação pública	313	307	73	68	27.537	12.536
Serviço público	2.147	2.092	60	61	34.215	25.581
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(3.658)	(3.667)
Fornecimento faturado	1.448.387	1.423.073	1.738	1.792	1.082.835	863.802
Consumo próprio	152	151	1	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	9.562	43.624
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(501.608)	(323.235)
Fornecimento de energia elétrica	1.448.539	1.423.224	1.739	1.794	590.789	584.192
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			358	336	60.451	51.756
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(9.288)	-
Energia elétrica de curto prazo			94	24	52.006	17.835
Suprimento de energia elétrica			453	361	103.168	69.591
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					510.897	323.235
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					83.395	48.076
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(717)	(237)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					61.370	59.244
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(168.935)	188.046
Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários					96.579	79.528
Outras receitas e rendas					7.490	9.109
Outras receitas operacionais					590.080	707.001
Total da receita operacional bruta					1.284.037	1.360.784
Deduções da receita operacional						
ICMS					(284.329)	(192.380)
PIS					(20.363)	(21.221)
COFINS					(93.794)	(97.745)
ISS					(29)	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(132.025)	(62.908)
Programa de P & D e eficiência energética					(6.224)	(8.892)
PROINFA					(2.421)	(2.535)
Bandeiras tarifárias e outros					(60.182)	(26.520)
Outros					(932)	(114)
					(600.300)	(412.315)
Receita operacional líquida					683.737	948.469

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

23.2 – Revisão Tarifária Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Em 16 de junho de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.896, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 19 de junho de 2015, em 33,48%, sendo 24,99% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,50% relativos aos componentes financeiros pertinentes. Esses percentuais foram apurados comparando-se com a base econômica do Reajuste Tarifário Anual – RTA de junho 2014. Ao comparar com a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE de março de 2015, o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de -3,76% (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

Em 27 de fevereiro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.858, em caráter extraordinário com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 43,46% no grupo A,

Notas Explicativas

33,04% no grupo B, total de 37,16% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 18 de junho 2015.

Em 17 de junho de 2014, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.739, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 19 de junho de 2014, na média, em 21,82%, sendo 18,83% referentes ao reajuste tarifário econômico e 2,99% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor cativo, em média, é de 22,77% de aumento nas tarifas (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

23.3 – Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No primeiro trimestre de 2016, foi registrada receita de R\$ 96.579 (R\$ 79.528 no primeiro trimestre de 2015), sendo: (i) R\$ 5.407 (R\$ 4.591 no primeiro trimestre de 2015) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 91.172 (R\$ 74.937 no primeiro trimestre de 2015) referentes a outros descontos tarifários em contrapartida rubrica contas a receber – Aporte CDE (nota 11) e contas a pagar - descontos tarifários – CDE (nota 20).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da Resolução Normativa (“REN”) nº 547/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 1,50, R\$ 3,00 e R\$ 4,50 (antes dos efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 kWh consumidos, reajustados por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.016/2016 a partir de 1º de fevereiro de 2016.

No primeiro trimestre de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 60.182 (R\$ 26.520 no primeiro trimestre de 2015) registrados na rubrica “Bandeira Tarifária e outros”. No primeiro trimestre de 2016 foram homologados pela ANEEL R\$ 95.166, referente aos meses de novembro, dezembro de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016, que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 946 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE e R\$ 13.038 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.018 de 02 de fevereiro de 2016 e nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu a cota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	480	484	104.267	115.870
Energia de curto prazo / PROINFA	21	673	(866)	258.387
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	2.037	1.373	280.576	310.524
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(35.518)	(63.342)
Subtotal	2.538	2.530	348.459	621.439
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			35.015	39.339
Encargos de transporte de itaipu			2.383	2.857
Encargos de conexão			6.600	3.905
Encargos de serviço do sistema - ESS			21.624	31.053
Encargos de energia de reserva - EER			5.856	-
Crédito de PIS e COFINS			(6.612)	(7.137)
Subtotal			64.867	70.017
Total			413.326	691.456

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesa operacional						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Pessoal	17.278	15.080	-	-	8.068	7.472	4.161	5.078	-	-	29.506	27.630
Entidade de previdência privada	(135)	48	-	-	-	-	-	-	-	-	(135)	48
Material	5.861	3.669	15	5	674	492	237	258	-	-	6.786	4.424
Serviços de terceiros	13.934	11.133	40	16	6.168	6.356	10.544	12.182	-	-	30.686	29.687
Amortização	26.791	23.482	-	-	261	238	6.207	4.720	-	-	33.259	28.439
Custos com construção da infraestrutura	-	-	61.370	59.244	-	-	-	-	-	-	61.370	59.244
Outros	5.761	130	-	-	9.097	5.055	14.562	12.907	10.908	8.039	40.328	26.132
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.060	2.848	-	-	-	-	3.060	2.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	5.931	1.885	-	-	-	-	5.931	1.885
Arrendamentos e alugueris	-	-	-	-	-	-	928	804	-	-	928	804
Publicidade e propaganda	20	-	-	-	-	-	398	398	-	-	418	398
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	12.589	5.285	-	-	12.589	5.285
Diárias, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	246	-	124	-	-	370	369
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	4.999	3.031	4.999	3.031
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	5.918	5.014	5.918	5.014
Outros	5.741	130	-	-	106	76	648	6.297	(8)	(8)	6.486	6.497
Total	69.490	53.543	61.425	59.265	24.267	19.612	35.710	35.145	19.908	8.039	201.800	175.604

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	15.853	4.765
Acréscimos e multas moratórias	8.138	9.572
Atualização de créditos fiscais	51	199
Atualização de depósitos judiciais	840	397
Atualizações monetárias e cambiais	7.641	233
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	26.532	14.353
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	285	-
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	11.826	2.933
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.841)	-
Outros	1.866	1.568
Total	69.190	34.020
Despesas		
Encargos de dívidas	(38.265)	(30.183)
Atualizações monetárias e cambiais	(17.239)	(34.155)
(-) Juros capitalizados	839	357
Outros	(8.800)	(5.688)
Total	(63.465)	(69.669)
Resultado financeiro	5.725	(35.649)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2016, a rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 65.456 (ganho líquido de R\$ 144.328 no primeiro trimestre de 2015) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.
Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.
- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.
Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.
- Bonaire Participações S.A.
Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.
- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações.
Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos e financiamentos, debêntures** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15.
- c) **Outras operações financeiras** – Os valores referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Outras receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.
- f) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor

Notas Explicativas

(principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 382 (R\$ 794 no primeiro trimestre de 2015). Este valor é composto por R\$ 372 (R\$ 779 no primeiro trimestre de 2015), referente a benefícios de curto prazo, R\$ 10 (R\$ 15 no primeiro trimestre de 2015) de benefícios pós-emprego e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	165	2.716	-	-	-	-	1	-
Banco Bradesco S.A. (**)	202.286	487.751	-	-	10.163	-	-	-
Empréstimos, financiamentos (*) e debêntures (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	275.804	286.040	-	-	9.385	9.037
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	395	418	23	-	185	170
Banco Bradesco S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	236	-
Materiais e prestação de serviço								
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	200	-
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	6	5	-	-	47	72
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	85	79	-	-	764	-
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	13	11
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	73	73	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	70	70	-	-	-	-	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	8	7
SE Naranjita S.A.	-	-	-	-	-	-	6	8
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	250	194	-	-	2.138	1.921

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(**) Parte relacionada a partir de 31.12.2015

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	4	4	-	-	12	10
Companhia Paulista de Força e Luz	14	54	641	308	-	-	1.194	934
Companhia Piratininga de Força e Luz	7	24	58	120	-	-	494	377
Companhia Luz e Força Santa Cruz	1	2	-	-	-	-	(2)	(6)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	1	-	-	-	-	-	(2)
Companhia Sul Paulista de Energia	2	2	3	4	-	-	(1)	(2)
Companhia Jaguari de Energia	-	1	9	6	-	-	26	22
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	-	(1)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6	9	-	-	34	51
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1	3	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	4	4	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	7	6	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	11	10
Dividendos/juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	131.887	131.887	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	180	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	24	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	48	-	-	-	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	37	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	38	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	12	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	39	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	1.856	4.728	416	1.343	-	-	73	106
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	919	932	-	-	2.971	3.023
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	285	479	-	-	1.929	2.435
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	6	62	-	-	132	133
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	733	-	-	1.847	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	12	-	-	-	12	2.150
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	159	368	-	-	480	884
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4	3	-	-	11	12
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	1.917	1.685	-	-	4.393	4.492
CPFL Renováveis - Consolidado	5	5	22	18	16	11	155	59
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	6	-

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/03/2016		31/12/2015	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	284.064	284.064	462.447	462.447
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	158.606	158.606	230.611	230.611
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	336.164	336.164	420.162	420.162
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.049.539	1.049.539	1.002.362	1.002.362
					<u>1.828.373</u>	<u>1.828.373</u>	<u>2.115.583</u>	<u>2.115.583</u>
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	436.841	361.212	429.274	358.301
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	908.092	908.092	1.103.102	1.103.102
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	689.153	678.698	714.430	703.465
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	3.856	3.856	7.534	7.534
					<u>2.037.942</u>	<u>1.951.858</u>	<u>2.254.340</u>	<u>2.172.402</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 21.031 em 31 de março de 2016 (ganho de R\$ 7.354 em 31 de março de 2015)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Empréstimos e recebíveis

(c) - Mantidos até o vencimento

Mensuração:

(1) - Mensurado ao custo amortizado

(2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber – aporte CDE (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros e (v) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) convênios de arrecadação e (vii) descontos tarifários – CDE.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4 o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do primeiro trimestre de 2016 são de R\$ 26.532 (R\$ 14.353 no primeiro trimestre de 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2016 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores de mercado, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	(Passivo)						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Citibank	116.731	-	116.731	118.461	(1.730)	dólar	04/2017	128.590
Banco Tokyo Mitsubishi	25.847	-	25.847	28.019	(2.172)	dólar	04/2018	36.270
Banco Tokyo Mitsubishi	116.337	-	116.337	125.849	(9.511)	dólar	05/2018	168.346
Citibank	18.883	-	18.883	20.483	(1.600)	dólar	05/2019	33.285
HSBC	15.012	-	15.012	15.757	(745)	dólar	10/2017	32.715
J.P. Morgan	43.354	-	43.354	45.404	(2.050)	dólar	02/2018	171.949
Subtotal	336.164	-	336.164	353.972	(17.808)			
Hedge variação de taxa de juros ⁽¹⁾								
HSBC	-	(2.676)	(2.676)	(296)	(2.380)	CDI	07/2019	500.000
Santander	-	(1.179)	(1.179)	(60)	(1.119)	CDI	02/2021	170.000
Subtotal	-	(3.856)	(3.856)	(356)	(3.499)			
Total	336.164	(3.856)	332.308	353.616	(21.308)			
Não circulante	336.164	(3.856)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

⁽¹⁾ Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	1º Trimestre	1º Trimestre
	2016	2015
Varição de taxas de juros	447	(167)
Varição cambial	(88.105)	155.899
Marcação a mercado	22.202	(11.404)
	(65.456)	144.328

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial(b)	Depreciação / Apreciação / cambial de 25%(c)	Apreciação / Depreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(908.092)		(92.419)	157.709	407.837
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	931.808		94.833	(161.827)	(418.487)
Total	23.715	baixa dólar	2.414	(4.119)	(10.651)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31/03/2016 foi de R\$ 3,56

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 3,92 e a depreciação cambial de 10,18%

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto o câmbio local apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 13,72% a.a.; TJLP 6,72% a.a., IPCA 9,39% a.a, e SELIC 13,86% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 26.041 (despesas de CDI R\$ 115.422 e TJLP R\$ 15.368 e receitas IPCA R\$ 98.552 e SELIC R\$ 6.197). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação de índice em 25% (b)	Elevação de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	448.646		628	16.174	31.719
Instrumentos financeiros passivos	(690.412)		(967)	(24.889)	(48.812)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(599.499)		(839)	(21.612)	(42.385)
	(841.265)	alta CDI	(1.178)	(30.328)	(59.477)
Instrumentos financeiros passivos	(228.693)		(1.784)	(6.072)	(10.360)
	(228.693)	alta TJLP	(1.784)	(6.072)	(10.360)
Ativo financeiro da concessão	1.049.539		(25.084)	(6.717)	11.650
	1.049.539	baixa IPCA	(25.084)	(6.717)	11.650
Ativos e passivos financeiros setoriais	44.706		(1)	1.548	3.097
	44.706	baixa SELIC	(1)	1.548	3.097
Total	24.287		(28.047)	(41.569)	(55.091)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 13,86%, 7,50%, 7,00% e 13,86%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2016, um valor de R\$ 839 (R\$ 357 no primeiro trimestre de 2015), referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 - Aumento de capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 14.599, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio amortizado em 2014, sem emissão de novas ações.

31.2 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ de R\$ 20.547, atribuindo-se para cada ação o valor de R\$ 0,019855138 para ações ordinárias e R\$ 0,021840651 para ações preferenciais e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 40.545, atribuindo-se para cada ação o valor de R\$ 0,039179443 para ações ordinárias e R\$ 0,043097387 para ações preferenciais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Rio Grande Energia S.A.

Caxias do Sul - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rio Grande Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de

três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 29 de abril de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes

Contador

CRC nº 1 SP 203310/O-6

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.